

VI Encontro Nacional da Anppas  
18 a 21 de setembro de 2012  
Belém - PA - Brasil

---

## **Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ)**

Marco Antonio Sampaio Malagodi (Universidade Federal Fluminense)  
Engenheiro Agrônomo, professor adjunto no Departamento de Geografia da UFF-Campos  
marcomalagodi@uol.com.br

Antenora Maria da Mata Siqueira (Universidade Federal Fluminense)  
Assistente social, professora adjunta no Departamento de Serviço Social da UFF-Campos  
antenora@vm.uff.br

### **Resumo**

Este artigo representa nosso desafio metodológico frente a uma abordagem socioambiental de situações de desastres relacionados a inundações. Tal tarefa se estruturou no reconhecimento de conceitos, debates, algumas orientações teóricas e na sistematização de alguns dados empíricos. Apontamos aspectos relevantes à interpretação da dimensão humana do acontecimento das enchentes e inundações periódicas no município de Campos, com destaque para a localidade de Ururaí, que ao final de 2008 viveu uma grande inundação. Compreendemos os desastres como fenômenos sociais, daí a relevância em abordá-los tanto a partir da construção de suas condições sociais prévias quanto da dinâmica de enfrentamento, durante e após os eventos. Partimos do termo “risco” em direção a eleição da noção de “vulnerabilidade” como eixo heurístico que sustentasse inicialmente nossa busca por uma reflexão interdisciplinar. Instigados por uma abordagem sociológica, fomos reconhecendo a contribuição de perspectivas geográficas e demográficas, comparadas com aportes da abordagem de justiça ambiental. Isso reforçou nossa escolha pela consideração da vulnerabilidade socioambiental pela ótica política e de direitos humanos, sem ignorar a dimensão física e ecológica dos desastres. Colecionamos alguns discursos referentes às inundações no município e às formas de seu enfrentamento a partir de notícias veiculadas na mídia regional, entrevistas realizadas com moradores ainda residentes e já “removidos” do bairro bem como interpretações de crianças do bairro que vivenciaram aquela inundação. Percebemos que abordagens tecnicistas dos desastres ancoradas em cartografias de “áreas de risco” tendem a naturalizar ações políticas que prejudicam a territorialização de populações de baixa renda, realimentando processos de injustiça ambiental.

## Introdução

Assumimos recentemente em nosso Núcleo de Estudos Socioambientais (NESA/UFF-Campos dos Goytacazes) investigações a partir do tema dos desastres, confrontamo-nos com uma série de novos desafios teóricos e metodológicos, alguns deles já tradicionais no campo da sociologia ambiental. Perseguindo uma melhor compreensão do acontecimento das inundações que ocorrem regularmente na região de Campos – para além das dominantes representações midiáticas, abriu-se para nós um universo de possibilidades e provocações muito bem-vindas diante de nossa pretensão mais geral de exercitar a produção de saberes interdisciplinares. A provocação para tal interdisciplinaridade já fazia parte do próprio tema-problema (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2004), embora esta seja também uma busca originária em nossa identidade coletiva de pesquisa<sup>1</sup>. Mais especificamente, assumir tais caminhos tem significado para nós o reconhecimento de que, seja como for a construção de *saberes (sócio)ambientais* relevantes para os desafios colocados neste início de século, devemos abordá-lo coletivamente como porto de chegada, e não apenas de partida, atentos para os desejáveis movimentos de dissenso e consenso que o debate teórico-metodológico coloca em nossa jornada, ainda que animados pelo mesmo espírito de cooperação, responsabilidade e satisfação pelo aprendizado – acadêmico e civil – que esse momento nos propicia.

É neste contexto que tal artigo se insere, o do desafio da própria construção metodológica. Por um lado já vínhamos sendo instigados para o reconhecimento empírico das inundações que nos cercam periodicamente, como fenômeno biofísico e acontecimento social e histórico. Por outro, recentemente nos aproximamos da teoria dos desastres, com destaque para a produção do NEPED/UFSCar, coordenada pela pesquisadora Norma Valencio. A partir de então direcionamos nossas buscas de modo a compreender algumas outras orientações teóricas que historicamente marcam o enfrentamento de tal problemática, como as abordagens sobre perigos (*hazards*) e riscos ambientais, sobre vulnerabilidade e proteção social, desigualdades sociais e ambientais, quando nos reencontramos com a questão da (in)justiça ambiental, cujas premissas já integravam em parte nossas escolhas teórico-ideológicas. Dessa forma, o que pretendemos aqui compartilhar é um momento desta construção, mais recheada de primeiros encontros, perguntas e hipóteses que de análises mais aprimoradas no encontro argumentativo das dimensões empírica e teórica.

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de agradecer a Andréa Bueno, Jéssica Gomes, Renato Siqueira, Mônica Barcellos, Sérgio Soares, Aristides Soffiati e toda equipe do NESA, a nossas(os) depoentes (nomes sob sigilo) que colaboraram com informações, materiais e sugestões incorporados na construção deste artigo.

## Aproximação inicial ao tema dos desastres

Embora o transbordo dos rios pareça estar sedimentado em imagens e discursos veiculados pela mídia regional na forma de eventos corriqueiros, esporadicamente alguns desses eventos se destacam por sua abrangência e intensidade. Foi o que ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2008, quando o município de Campos dos Goytacazes recebeu um grande volume de chuvas que resultou em intensas inundações; entre as localidades afetadas estava Ururaí, que fica às margens do rio de mesmo nome, obrigando mais de setecentas pessoas a se alojarem em abrigos improvisados nas escolas e creches do bairro. Nesse período contabilizava-se em todo o município cerca de oito mil pessoas “atingidas pela chuva” (2.450 desabrigados e 5.500 desalojados); no estado do Rio de Janeiro registrou-se 394 mil pessoas afetadas pelas inundações (LOUREIRO, 2008). São comuns as “cheias” do rio Ururaí, mas historicamente parece ser menos freqüente seu transbordo em direção ao núcleo urbano: um depoente se lembra das grandes cheias desse rio em 1924, 1983 e 1985 (J. LEITE, 2012). Em Ururaí, desde 2008 a prefeitura vem sinalizando para a construção de moradias populares que acolheriam parte da população “removida” dessas áreas sujeitas a inundações para um local próximo ao bairro (o programa habitacional *Morar Feliz*). Essas moradias começaram a ser entregues a partir de 2011, quando também se intensificaram os trabalhos para a consolidação da urbanização em Ururaí (o programa *Bairro Legal*), coincidindo com a proximidade das eleições municipais de 2012. Em Valencio (2009a) vemos que tem sido freqüente no Brasil a prática institucional da defesa civil de deslocar moradores das chamadas “áreas de risco” – involuntariamente, muitas das vezes –, promovendo o que a autora chama de *desterritorialização*; prática esta aliada ao discurso técnico que busca legitimar tal conceito e mapear tais áreas. Nossas primeiras entrevistas em Ururaí – e antes delas, algumas matérias na mídia – apontam que não há homogeneidade de opiniões entre os moradores: se alguns comemoram a saída da área sujeita a inundação (uma vez proibidos de se *territorializar* ali mesmo no *Bairro Legal*), outras revelam experiência de angústia, medo e adoecimento em função de tal deslocamento involuntário. Entre os que “voluntariamente” saem do bairro, existem aqueles mais satisfeitos e outros mais insatisfeitos com o que encontraram pela frente. Pelo discurso oficial, as remoções visam à segurança e ao bem-estar da “população atingida” e obtém sua legitimidade através do discurso técnico e jurídico da total irregularidade na ocupação das “áreas de risco”. É por entendermos que essas leituras comuns da realidade social reproduzem processos de naturalização e estigmatização social que nos propusemos a construir um conhecimento mais crítico e aprofundado destas situações. Daí nossa atenção especial, nesta primeira etapa, para o depoimento de moradores que nos ajudassem a compreender olhares dissidentes do discurso oficial ou do senso comum que o incorpora, estrategicamente ou não. Tais vozes nos provocaram a construir uma melhor compreensão sobre a percepção, enraizamento e ação dos próprios moradores do bairro, aqueles que gostariam de permanecer (ou ter permanecido) na área, convivendo com as inundações.

Recusando abordagens apenas biofísicas do desastre, aproximamo-nos de correntes teóricas que o compreendem como fenômeno social. Assim foi nossa concordância com Mattedi & Butzke (2001), Vargas (2006) e Valencio (2009a, 2009b, 2010, 2012), que nos provocaram a interpretar o acontecimento das inundações como um fenômeno social, demandando uma abordagem integrada a) da construção das condições sociais prévias ao desastre e b) da dinâmica de enfrentamento, durante e após o evento, quando deve ser analisado a cada momento não apenas as práticas materiais e políticas, mas também as práticas simbólicas associadas a estas, dos diferentes grupos sociais envolvidos.

### **Primeiros passos na pesquisa: objetivos e metodologia**

Nossos objetivos neste artigo confluem para a própria reflexão metodológica no estudo dos desastres: seja no esforço de reconhecimento dos principais conceitos, debates e diferenças entre correntes teóricas, seja na síntese de alguns pontos da dimensão empírica que mais nos chamam à atenção, alimentando nossas perguntas de pesquisa. Na dimensão teórica, partimos dos termos *perigo* e *risco* em direção à eleição da noção de *vulnerabilidade* como eixo heurístico adequado para sustentar inicialmente nossa busca por uma reflexão interdisciplinar. Desse modo, provocados inicialmente por uma abordagem sociológica (VALENCIO, 2009a, 2010), buscamos reconhecer aspectos históricos de sua constituição, comparados com algumas perspectivas geográficas (MATTEDI e BUTZKE, 2001), interessando-nos a seguir um diálogo entre geografia e demografia (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2005), quando melhor pudemos balizar aproximações e distanciamentos em relação ao nosso referencial inicial. E finalizamos esta etapa com aportes da abordagem de justiça ambiental (ACSELRAD, 2006), reafirmando nossa disposição em seguir na pesquisa sobre vulnerabilidade socioambiental pela ótica política, democrática, histórica e de respeito a direitos humanos. Ancorados em nossas referências profissionais que recortam nossa visão da realidade, estiveram presentes nesta trajetória indagações tanto do campo do serviço social quanto da utopia da construção de saberes ambientais. O detalhamento de alguns dos passos desta busca foi feito em texto anterior (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012) do qual o presente trouxe uma ampliação e aprofundamento.

Na dimensão empírica colecionamos algumas narrativas e discursos referentes às inundações no município de Campos e a formas de seu enfrentamento, enfatizando a localidade de Uruaí. Parte do material apresentado foi obtida a partir da mídia regional, eletrônica e impressa, de entrevistas que realizamos recentemente tanto com moradores ainda residentes quanto aqueles já “removidos” do bairro, e de um evento acadêmico em parceria com uma escola do bairro, quando destacamos a visão de crianças que lá habitam. Ainda que não tenhamos tematizado suficientemente a operacionalização da idéia de “área de risco” nas intervenções do governo municipal, compartilhamos já algumas de nossas descobertas e hipóteses. Como a noção de “área de risco” encontra sustentação nos discursos técnico, científico e popular? Concordamos com o questionamento da auto-imputação de responsabilidade pelos mais pobres a partir de tal

noção, da qual trazemos alguns indícios de ocorrência também no contexto pesquisado, a partir do depoimento de crianças. Como explicar o aparente fosso que separa o “mapa do risco” com a produção social da vulnerabilidade? Reconhecemos, assim, a necessidade de recomeçar de questões que há muito tempo já vem animando pesquisas sobre desastres: o que significa dizer, em nosso contexto, que “o desastre é fabricado no funcionamento *normal* da sociedade” e que “a vulnerabilidade do grupo afetado é construída socialmente” (VALENCIO, 2009a)? A seguir apresentamos o contexto empírico e alguns debates teóricos que nos impulsionaram a esta pesquisa.

## O contexto empírico

### As inundações no município de Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes está situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro (figura 1), no delta do rio Paraíba do Sul, com sua sede situada a onze metros acima do nível do mar (CIDE, 2007).

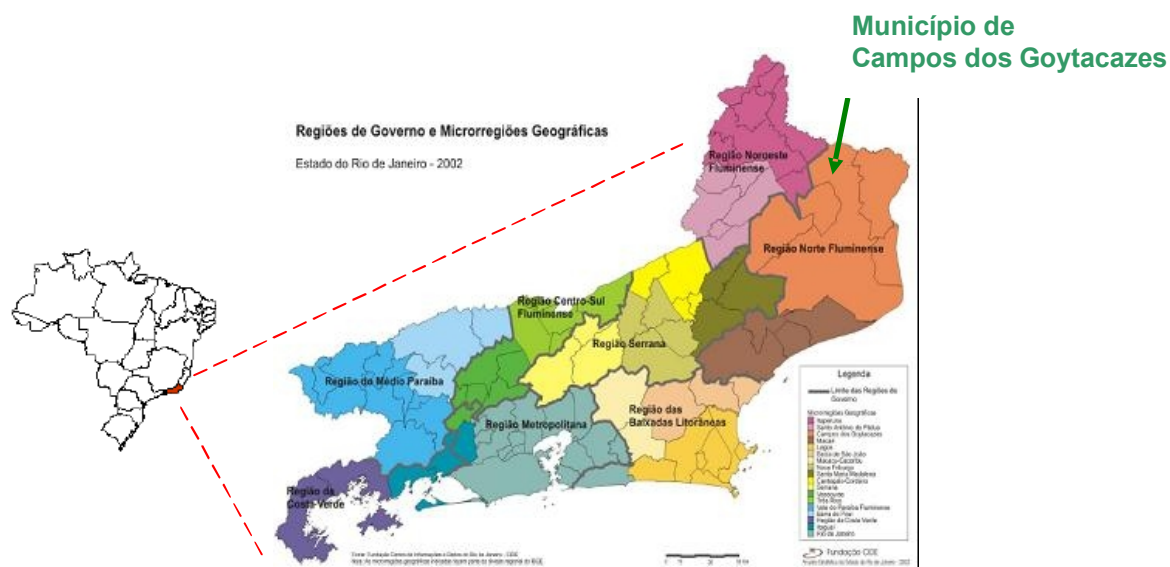


Figura 1 – Localização do município de Campos dos Goytacazes. Adaptado pelos autores a partir de Fundação CIDE (apud SOUTO, 2005).

O seu povoamento se deu sobre uma planície de inundação às margens do rio Paraíba do Sul, caracterizada por relevos suaves e baixas declividades. O município é banhado pelo oceano Atlântico, bem como por rios, lagoas, brejos e canais que fazem parte de duas bacias hidrográficas: a bacia do rio Itabapoana e a bacia do rio Paraíba do Sul, sendo esta a de maior extensão no território estudado (SIQUEIRA, 2012). Em 2010, sua população era de 463.731 habitantes (IBGE, 2010). Historicamente caracterizada por sua economia centrada na monocultura da cana-de-açúcar e na agroindústria sucroalcooleira, seus habitantes se encontram em um novo cenário de presença crescente de empreendimentos nacionais e transnacionais, causadores de grandes mudanças e impactos socioambientais.

Dentre os empreendimentos regionais relevantes na compreensão da dinâmica municipal destacam-se centrais hidrelétricas nos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (em Macaé), capitaneado pela PETROBRÁS desde a década de 1970; e a partir de 2010, as obras para implantação do Complexo Industrial, Portuário e Logístico do Açú (em São João da Barra) e do Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado (em Quissamã e Campos dos Goytacazes), liderado pelo Grupo EBX (SIQUEIRA, 2012). As riquezas auferidas pelos agentes econômicos e os recursos arrecadados direta ou indiretamente pelo governo municipal (impostos e *royalties*) não possuem, entretanto, o seu correspondente na superação das desigualdades sociais que cada vez mais se aprofundam e afetam o cotidiano de grande parte população, que engrossa as fileiras em busca das políticas sociais.

As principais cheias e inundações por que passam os moradores de Campos dos Goytacazes são decorrentes dos regulares transbordamentos do rio Paraíba do Sul, sendo que os maiores que se tem notícia aconteceram nos anos de 1943, 1966 e 2007. A inundação de 1966 foi responsável por desabrigar em torno de onze mil pessoas, quando o rio atingiu a cota máxima de 10,8 metros e uma vazão estimada em seis mil metros cúbicos por segundo (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2010). Em 2007, o desastre ocorrido foi o maior da história de Campos, quando o rio atingiu a cota de 11,6 metros. Em geral, os primeiros bairros a serem atingidos são aqueles localizados às margens do rio, como a Ilha do Cunha, Matadouro e Tira-Gosto, todos eles constituídos por populações de baixa renda. No ano de 2008 foi a vez da Baixada Campista como um todo passar pela sua maior inundação, afetando especialmente as localidades de Ururá e Ponta Grossa dos Fidalgos. Em 2011/2012 a localidade de Três Vendas, às margens do rio Muriaé (afluente do Paraíba do Sul) sofreu com a ruptura em dois pontos do dique onde se encontra a BR-356 (trecho Campos-Cardoso Moreira), atingindo o nível de três metros de lâmina d'água acima do solo, afetando casas e lavouras.

A localidade de Ururá encontra-se no município de Campos dos Goytacazes, às margens do rio de mesmo nome, distando cerca de dez quilômetros do centro da cidade (figura 2). Em 2010 sua população era de aproximadamente 8.800 habitantes (IBGE, 2010). A localidade se formou em torno da Usina de Açúcar e Álcool Cupim, pertencente ao grupo Othon, em funcionamento até 2009, mantendo-se até hoje encravada em meio a áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Ainda assim, Ururá não é considerada zona rural, apresentando esta peculiaridade em sua localização: não é um bairro (contíguo) do perímetro urbano da cidade de Campos, mas também não se constituiu em um distrito, embora sua população ultrapasse a de várias sedes distritais. No Plano Diretor de Campos dos Goytacazes a localidade está classificada como um "núcleo urbano" do Primeiro Distrito do Município, onde está sediada a cidade de Campos (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011). A priorização do uso das terras melhor drenadas para o plantio de cana-

de-açúcar, os baixos salários que impediam os trabalhadores de adquirir terrenos em áreas mais altas, assim como a inexistência de planejamento e políticas públicas por muitas décadas para aquele núcleo urbano ocasionou a crescente ocupação de áreas úmidas aterradas e de áreas às margens do rio Ururá e do canal de Cacomanga, seu afluente. Desse modo, a população de Ururá enfrenta enchentes com certa frequência.

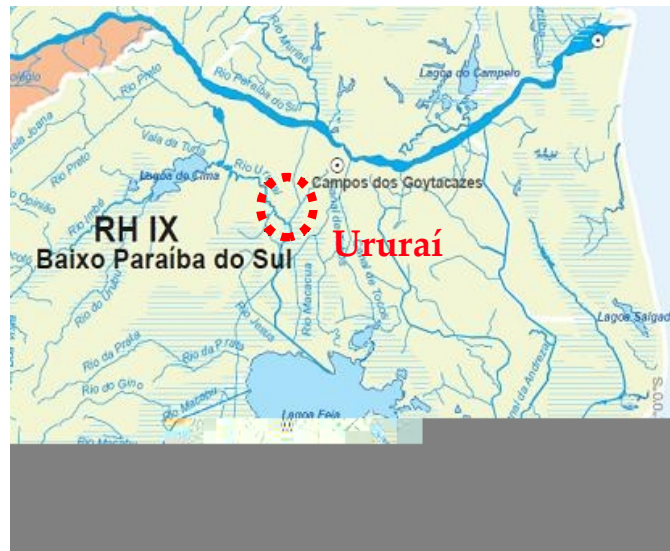


Figura 2 – Localização aproximada do núcleo urbano de Ururá (em vermelho), às margens do rio Ururá. Adaptado pelos autores a partir de Governo do Rio de Janeiro (2008).

Em novembro de 2008, antecipando as chuvas de verão e com o município ainda se recuperando da inundação de 2007, um evento de precipitação atípica nas cabeceiras dos rios Imbé (contribuinte da Lagoa de Cima, que origina o rio Ururá), Preto (afluente do rio Ururá) e Macabu (contribuinte da Lagoa Feia, que por sua vez também recebe as águas do rio Ururá) gerou uma inundação de proporções até então não registradas. Esse fenômeno afetou várias localidades urbanas e rurais de Campos dos Goytacazes, notadamente as da bacia da Lagoa Feia, e entre elas, Ururá. Nesta ocasião, segundo a Defesa Civil (LOUREIRO, 2008), mais de 2.500 pessoas foram afetadas em todo o município. As características do fenômeno ocorrido nos levaram a considerá-lo como um *desastre* – tendo em vista as dimensões apresentadas em Quarantelli (1996) – quando se gerou uma maior complexidade na demanda por intervenções institucionais: extrapolando-se os limites da Defesa Civil municipal na tomada de decisões, representantes do Ministério Público Estadual e do Instituto Estadual do Ambiente foram convocados a intervir naquele espaço. A solução apresentada para se reduzir o volume de águas nas localidades afetadas (no momento em que a população estava com suas casas já quase submersas) foi a destruição, por explosão, de alguns diques, como na Fazenda do Louro, o que permitiria o escoamento das águas em direção à malha de canais, à Lagoa Feia e ao mar. Segundo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (2008), os diques haviam sido construídos

ilegalmente pelo proprietário, e a forma como foram feitos ocasionava tanto uma redução da calha do rio Ururaí, diminuindo a vazão das águas que desembocavam na Lagoa Feia, quanto uma redução da área da própria Lagoa, dificultando a saída das águas em direção ao mar por um sistema de canais, controlados por comportas. Tal proposta e sua consolidação colocaram em confronto projetos distintos, revelando e publicizando conflitos históricos entre proprietários rurais de um lado e pescadores de rios e lagoas, moradores de áreas urbanas e ambientalistas de outro. Houve o posicionamento da Secretária Estadual de Meio Ambiente, mas o impasse levou a questão ao judiciário, e foi assumida pela 2ª Promotoria da Justiça de Tutela Coletiva do Município. Coube ao Promotor a determinação da explosão dos diques, pressionando o Prefeito para que decretasse situação de emergência, e retirasse as famílias de suas residências em direção aos abrigos públicos.

Em 2008, a área inundada atingiu também as escolas e creches utilizadas para abrigar as famílias. Desta forma, todos tiveram que ser transferidos para abrigos em escolas de bairros que não corriam o risco de inundar, como declarou uma moradora que já estava alojada na creche local:

Sai da creche porque também encheu de água. A gente dormindo e o aguaceiro dentro da escola [creche]. Aí, o rapaz do corpo de bombeiros veio, tentou colocar sacos de areia para impedir a água de entrar. Mas como pode impedir? A água invadiu tudo. Foi de madrugada. Saímos para outra escola no Parque Aurora, ficamos morando um tempão lá. (Entrevistada N, em novembro de 2012).

A forma espetacular como a mídia tratou o desastre fez com que ele tivesse repercussão em meios de comunicação impressos, televisivos e virtuais em âmbito regional, estadual e nacional. Se por um lado isto contribuiu para reforçar elementos de argumentação na disputa por recursos públicos, por outro tornou visível a fragilidade institucional, na esfera do município, nas tomadas de decisão e resolução dos problemas. Este último aspecto muitas vezes é o que leva os gestores dos órgãos governamentais a não assumirem posição de complementaridade em nível transescalar de governo (municipal, estadual e federal), especialmente se eles não estão no mesmo campo político-partidário.

Pesquisadores têm alertado para a necessidade de melhor compreensão do universo infantil em contexto de desastres (VALENCIO, 2009a; PAVAN, 2009), ocasião em que são efetivados os perigos em torno dos riscos socioambientais. Corroboramos a posição de Pavan (2009, p.96) quando afirma que “as mudanças envolvendo o mundo infantil demandam que as ciências estejam comprometidas com a reflexão dos riscos gerados sobre as crianças, principalmente a partir de seus próprios olhares sobre as experiências sociais que lhe são oferecidas”. A referida autora nos chama à atenção para um conjunto de riscos aos quais as crianças têm sido submetidas historicamente, com destaque para os mais recentes “riscos ambientais relacionados



aos altos níveis de poluição, contaminação dos rios, uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos e desastres naturais relacionados ao clima” (PAVAN, 2009, p.96).

No âmbito dos desastres que têm sido vivenciados pelas crianças, aqueles relacionados às chuvas têm sido os mais freqüentes em Ururaí, base do nosso estudo empírico. Enchentes anuais com episódios de inundações e desastres delas decorrentes alteram a dinâmica da vida social (aí incluídas as escolas e creches) no período de verão. No enfrentamento dessas situações, elas têm que lidar com uma informação muito restrita sobre o que ocorre, com perdas materiais e simbólicas, com os medos e inseguranças, e muitas vezes, reproduzindo o mundo dos adultos a partir da incorporação da culpa pelos desastres.

Para melhor compreendermos o ponto de vista de algumas destas crianças, realizamos em nossa Universidade<sup>2</sup> e em parceria com a Escola Estadual Dom Otaviano de Albuquerque, de Ururaí, uma atividade onde as crianças puderam refletir e falar sobre suas experiências a partir das enchentes. Participaram trinta e sete crianças na faixa etária de onze anos, organizadas em grupos. Na etapa final da atividade cada grupo apresentou os cartazes que elaboraram na escola, objetivando sua reflexão sobre a situação vivida em Ururaí por meio de imagens e textos. Um dos grupos assim sintetizou a inundação de 2008, a qual chamou de “cheia”:

A cheia em Ururaí causou grande problema para toda a população. Todos [ficaram] muito tristes de ver a situação do bairro que se enchia cada vez mais. Moradores tiveram que abandonar suas casas tentando retirar os seus móveis perdendo parte de seus bens. As pessoas tiveram que pisar na água suja com vários ratos na água, trazendo doenças causadas pelas cheias. A água totalmente poluída. Os moradores corriam em busca de encontrar abrigo para ficar até que a situação melhorasse. (Grupo 4, outubro de 2011)

Em alguns casos, expressar os seus próprios problemas requereu a intermediação de outros atores e contextos. Utilizando imagens de desastres na região Serrana do Rio e do *tsunami* na Indonésia, o grupo 2 buscou situações bem diferentes para falar de Ururaí, mas retiveram pontos comuns como casas inundadas onde somente os telhados apareciam, ruas alagadas, crianças em busca dos pais. A perplexidade da situação evidenciada levou o grupo a colocar como última parte do trabalho uma imagem de homens vestidos de roupa vermelha, seguido do seguinte texto: “Defesa civil ajuda a população a sair das áreas de risco, levando-as para um lugar seguro ou para casas de parentes”. A imagem sugeria um final feliz para o conjunto daquelas pessoas: a defesa civil como os super-heróis que povoam o seu imaginário, conforme também identificado por Valencio (2010).

Percebemos que o termo “área de risco” já fazia parte do vocabulário de alguns dos estudantes que, de forma reificada, relacionavam as famílias ao espaço assim (des) qualificado, em especial pela condição de insegurança citada anteriormente. Se a busca de segurança na casa de parentes ou outro local “seguro” é uma necessidade no momento do desastre, o desejo de retorno

---

<sup>2</sup> Durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2011. Agradecemos, na pessoa do professor Sérgio Soares, aos professores, funcionários e alunos da Escola Estadual Dom Otaviano de Albuquerque que se dedicaram a esta atividade.

às suas moradias no período pós-desastre também apareceu como algo recorrente em seus cartazes. Entendemos que, por não incidir qualquer política sobre este território que alterasse significativamente as condições de vida daquela população, e sabendo-se que suas reivindicações não eram consideradas, restava-lhes apenas retornar às condições anteriores.

Utilizando imagens das inundações de 2008 em Ururá, a estudante E declara: “Essas imagens me fazem lembrar das pessoas que perderam tudo na cheia. Hoje muitas delas ainda estão morando em área de risco. Essa cheia foi a pior que já teve.” (Estudante E, outubro de 2011). A noção de “área risco” dizia respeito ao lugar sujeito à inundação, reproduzindo o discurso da Defesa Civil. A auto-imputação de responsabilidade pelas inundações é algo recorrente nas pesquisas sobre desastres (VALENCIO, 2010; SIENA 2010). No caso das crianças do grupo G, a manifestação dessa culpa veio expressa da seguinte forma:

Mas as causas dessas cheias são provocadas pelos seus próprios moradores que acumulam lixos em lugares inadequados como: bueiros, terrenos abandonados etc... Os lugares mais afetados são: Cabeça da Ponte, Brilhante, Vila e Ilha.

A enchente é provocada pelas pessoas que jogam lixos no chão e entopem os bueiros.(...) Isso acaba causando a dengue, e morrendo várias pessoas. E várias outras doenças de outros animais.

A influência da mídia no imaginário social pode ser identificada naquelas declarações, uma vez contextualizadas. No verão, duas campanhas relacionadas aos conteúdos das falas dos grupos são realizadas na mídia televisiva: uma contra a dengue e a outra referente aos períodos de chuvas, alertando para que a população não jogue lixo nas ruas devido ao risco de entupimento de bueiros, o que agravaria os impactos das inundações. Como não há outra fonte de informações que apresentem os múltiplos fatores envolvidos em fenômenos como estes (enchentes e inundações), restam-lhes repetir o que apreenderam na publicidade. Isto remete à importância da preparação das crianças, no pré e pós-desastre, para melhor lidarem com essas situações, o que vai ao encontro da recomendação da Estratégia Internacional para Educação de Desastres (EIRD/ONU), citada por Pavan, que indica ações que poderão ajudar as crianças no pós-desastre. Entre elas estão: “o provimento de informação clara e concisa sobre o desastre; explicação que o desastre não é culpa delas; a ocupação com tarefas, que inclui ajuda a família a se recuperar do desastre; não minimizar a gravidade do evento ocorrido; entendimento que as crianças sofrem com a perda de brinquedos, jogos, roupas e outros objetos” (PAVAN, 2009, p.97). A consideração daquilo que a criança tem a dizer, bem como o seu preparo para melhor compreender e enfrentar as situações pelas quais passa é fator importante no lidar com o contexto de enchentes, inundações e desastres.

Na redação da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes de 1990 vemos certo respeito pelas “áreas faveladas e de baixa renda”, indicando-se um modelo de urbanização que não removesse tais populações, “salvo quando as condições físicas da área imponham risco à

vida de seus habitantes” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1990). Para o “controle das enchentes”, o Plano Diretor do município reitera tal orientação, de se “promover a remoção da população moradora de áreas de riscos” e “coibir a ocupação de áreas sujeitas a inundações” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008).

Segundo a Defesa Civil municipal setecentas e quarenta famílias de Ururaí continuavam em “área de risco” em 2011, após as inundações de 2008. Entre elas se encontravam as residentes em áreas ribeirinhas e contíguas a estas, bem como aquelas que moravam entre as margens da BR-101 e a linha férrea. A qualificação de *estar em risco* para o primeiro contingente era devido à frequência com que as casas eram inundadas, algumas sem condições de habitabilidade; e para o segundo grupo considerava-se a reincidência de mortes por atropelamentos.

Até dois anos após a inundação de 2008, as famílias que não podiam retornar às suas residências tinham direito ao “aluguel social” por meio do Programa SOS Habitação. Em caráter emergencial, durante três meses as famílias recebiam o valor de R\$ 200,00 mensais (em torno de um terço do salário mínimo vigente) destinados a cobrir os custos do aluguel de uma casa até que fosse sanado o problema da residência afetada (seja através de reforma ou pelo recebimento de uma casa do Programa Morar Feliz). Entretanto, como em várias outras pesquisas brasileiras que analisaram tal forma de assistência social (SIENA, 2010; VARGAS, 2006), estudo de Manhães (2011) identificou que em Campos dos Goytacazes o valor destinado não era suficiente para encontrar uma moradia em condições igual ou melhor que a anterior.

No final do ano de 2011, com a inauguração das casas de vários Conjuntos Habitacionais do Programa Morar Feliz, o Programa SOS Habitação foi extinto na expectativa de que as aproximadamente cinco mil residências construídas até então (das dez mil previstas) pudessem atender a todos cadastrados, identificados como “moradores de área de risco”. Neste mesmo ano, as águas do rio Ururaí novamente ameaçaram entrar nas moradias da população ribeirinha muito antes que os deslocamentos previstos no programa municipal de habitação popular tivessem iniciado. Havia um acordo entre os moradores e os gestores municipais do Programa Morar Feliz no sentido de que eles só sairiam de suas casas para um conjunto habitacional construído em área não inundável, e nas proximidades. Ainda em meados de 2011, antes do “período das águas”, o Conjunto ficou pronto, mas para lá foram deslocados apenas os moradores da citada área localizada entre a linha férrea e a BR101, a dois quilômetros do rio Ururaí, o que causou estranhamento por parte dos ribeirinhos. Tão logo as famílias foram retiradas de suas antigas casas estas foram imediatamente demolidas, objetivando a liberação de área para duplicação da rodovia BR-101 e urbanização da entrada principal da cidade, impedindo reocupações.

Em dezembro desse mesmo ano, quarenta famílias da área ribeirinha foram deslocadas para um conjunto habitacional localizado no bairro da Penha, distante cerca de vinte e três quilômetros, e desconhecido da grande maioria delas (FOLHA DA MANHÃ, 2011). A violência simbólica (BOURDIEU, 1989) a que foram submetidos esses moradores se repetiu de forma mais severa

com outros residentes próximos às margens do rio Ururaí. Com o aumento do volume de água em suas casas, veículos da Prefeitura/Defesa Civil se colocavam às margens da rodovia para realizar a mudança, a retirada da família e a imediata demolição de suas casas. Como as ruas do bairro são estreitas e impedem a entrada dos caminhões, as pessoas tinham que levar seus móveis e demais pertences até a rodovia e aguardar a sua vez: “Na hora do desespero de ver a água subindo, alguns vizinhos meus aceitaram ir. Mas a água nem chegou na porta. Eles [Defesa Civil] aproveitaram para tirar nesse momento” (entrevistada E, jan. 2011).

Entendemos que a perplexidade para esses moradores estava no fato de terem sido “removidos” (porque coisificados) para conjuntos habitacionais distantes, em bairros estranhos a eles, sem terem o direito de reivindicar a permanência dos elos de vizinhança, da relação com as instituições locais (como escolas e igrejas): “Tô rezando para o vizinho não sair de perto de mim (...) vizinho não quer sair um de perto do outro”. (Entrevistada O, fev. de 2012).

Não foi isso o combinado na reunião. Foi prometido que construiriam o conjunto perto daqui e que nós mudaríamos para lá, com quem morasse perto indo junto. Quem foi está com problema, ficaram longe dos vizinhos, da família, a casa não tem muro, e não tem vaga na escola e na creche. Muitos continuam trazendo as crianças para estudar aqui. (Entrevistada E, fevereiro de 2012).

Tudo isto não aconteceu sem resistência. Várias famílias não saíram de suas casas, denunciando o que é recorrente em todo país, em situações como esta: não houve diálogo que levasse em consideração a expectativa da família, o respeito ao acordo de que permaneceriam nas proximidades, resguardando as relações de vizinhança. O depoimento abaixo ilustra o drama vivido pelos moradores:

Eu não vou sair da minha casa, do meu canto. Eu tenho diabetes, pressão alta e moro sozinha. Quando passo mal, sei que posso contar com meus vizinhos para me socorrer. E nesse novo lugar [Penha ou Jóquei]? Não conheço as pessoas que moram lá, como vai ser? (Entrevistada R, dezembro de 2012).

Eu fico triste por causa dessas casas [do conjunto habitacional longe de Ururaí]. A gente foi criada aqui, né? Vir aqui e tirar a gente prá levar de qualquer maneira, eu não aceito. Moro aqui este tempo todo e agora levar prá esses cantos que eu nem conheço, longe dos meus vizinhos, da minha família, não vou não. É triste também ver as casas serem derrubadas tão depressa. (Entrevistada E, fevereiro de 2012).

A resposta da Prefeita a esses atos de resistência foi publicizada em entrevista na mídia com a declaração de que ela não podia tirar as pessoas à força de suas casas, mas que essas pessoas deveriam assinar um termo de responsabilidade para permanecer em área de risco. O Secretário de Defesa Civil declarou pela imprensa que a Prefeitura teve “problemas para encontrar um terreno adequado para a construção das casas” em Ururaí (FOLHA DA MANHÃ, 2011). Para os que aceitaram a imposição de sair de forma resignada, ficou a queixa de que não conheceram previamente a nova residência e nem tampouco foram preparados para a mudança. Neste sentido, foi possível perceber que os moradores não são considerados como “interlocutores válidos perante o ente público” (VALENCIO, 2012, p.65), um ente que não valoriza suas

reivindicações em torno da construção conjunta de uma proposta que contemple os seus interesses.

## **Quadro teórico e debates**

Diante do contexto empírico apresentado e da assumida busca de estruturação metodológica, em andamento, nos empenhamos em esclarecer conceitualmente alguns aspectos do debate contemporâneo sobre os desastres, de modo a melhor estabelecer algumas categorias relevantes para a análise do acontecimento das inundações. Enfrentamos recentemente algumas etapas desse esclarecimento (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012), que aqui serão apenas brevemente retomadas, aprofundando-nos em outras direções. Um primeiro aspecto que nos chama à atenção diz respeito à dificuldade de construção de uma abordagem interdisciplinar que não polarize nem antagonize dimensões materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas, naturais e sociais, históricas e cotidianas, políticas e culturais. Em nosso contexto essa difícil ponderação pode ser exemplificada pela variada ênfase teórica na determinação das principais causas dos desastres, quando as abordagens parecem se voltar ora mais para o fenômeno físico, ora mais para a estrutura e dinâmicas sociais, e ainda assim abrindo-se em clivagens as mais variadas na consideração (ou não) do campo da ação social e política e das disputas simbólicas aí envolvidas. Assim desejamos percorrer o debate sobre as categorias risco, desastre, perigo e vulnerabilidade, sucintamente apresentados a seguir.

No discurso jurídico-administrativo explicitado pela Política Nacional de Defesa Civil, vemos que risco é definido como “medida de danos ou prejuízos potenciais, expressa em termos de probabilidade estatística de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis”; e também “relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidentes determinados se concretizem, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos” (SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, 1995).

A ideia de que “os riscos produzidos na e pela modernidade são fabricados socialmente” (MARCHEZINI, 2009, p.50) retomam os argumentos que Ulrich Beck e Anthony Giddens desenvolveram ao final da década de 1980: perigos e riscos devem ser compreendidos a partir da própria estrutura social, e não como eventos excepcionais. É neste sentido também que as pesquisas sobre as “calamidades naturais” podem melhor colaborar no debate sobre as diferentes formas de interpretação dos problemas ambientais, problematizando-se ora a ênfase no agente causal “natural” (o fenômeno físico em si, como ameaça a ser combatida), ora a ênfase na homogeneidade dos “impactos” negativos que seriam intrinsecamente gerados pelo sistema econômico e tecnológico sobre o ambiente natural (MATTEDI e BUTZKE, 2001). Estes extremos parecem-nos arraigados em uma tradição epistemológica que fomenta mútua exterioridade entre sociedade e natureza, tendendo a abordagens objetivistas e cuja força vemos se expressar ainda

hoje em propostas de planejamento e gestão que insistem em priorizar e naturalizar soluções técnicas e mercadológicas em detrimento de contextos socioculturais, ético-políticos, históricos e democráticos, realimentando assim a própria problemática (sócio)ambiental. Segundo Mattedi e Butzke (2001, p.16) as teorias dos *perigos naturais* (*natural hazards*) e a teoria dos *desastres* teriam contribuído para a inversão de tal abordagem metodológica ao contribuírem para o exame dos efeitos provocados pelo ambiente físico sobre as atividades humanas: “a dimensão social converte-se na pré-condição para que a dimensão natural se torne destrutiva”. Em termos gerais, em comum a estas duas últimas correntes teóricas haveria o reconhecimento da necessária reciprocidade das influências entre a dimensão social e a natural. A compreensão do problema ambiental passa a ser então um efeito negativo que aparece na interseção de sociedade e natureza, redimensionando assim, o próprio debate sobre o que sejam os riscos, segundo os autores.

Para Mattedi e Butzke (2001) a teoria dos *Perigos* (*Hazards*) foi desenvolvida principalmente pelo ponto de vista geográfico. Ainda que pudesse compreender o perigo como uma composição das dimensões natural e social – definindo-o a partir de uma complexa rede de fatores físicos que interagem com a realidade cultural, política e econômica da sociedade –, havia uma forte tendência nesta teoria em se considerar o agente do evento de forma isolada, o que teria se constituído em uma limitação de seu poder explicativo. Entre os pressupostos de tal abordagem estaria a crença de que ao se conhecer as diferentes magnitudes, freqüências e durações dos eventos (tal como as enchentes) melhor se entenderia o comportamento humano frente aos perigos, tendendo assim a interpretar uma inundação, por exemplo, como um fenômeno que ocorre de forma independente da estrutura social (MATTEDI e BUTZKE, 2001, p.6-7). Marandola Jr. e Hogan (2005) destacam outras contribuições da geografia, enfatizando um tipo de abordagem que teria conseguido conjugar variáveis ambientais e respostas das “populações em risco”, e que desenvolveu amplamente estudos de avaliação do risco (de um perigo ocorrer em determinado local) e sendo pioneira no uso da noção de vulnerabilidade. Ainda ancorada no pressuposto de que as medições das probabilidades de os perigos acontecerem poderiam minimizar os efeitos destrutivos dos desastres (prognósticos), esta tradição já levava em conta as ações da população que poderiam colaborar na diminuição de sua própria vulnerabilidade (capacidade de ajuste e absorção). Mas teria sido apenas a partir do final dos anos 1980 que a ideia de vulnerabilidade ganharia densidade conceitual, quando os perigos passaram a incluir também a dimensão social e tecnológica (causas socioeconômicas), e não apenas a natural, dizem os autores.

No campo da demografia, Marandola Jr. e Hogan (2005, p.44) entendem que os estudos iniciais sobre riscos e vulnerabilidades partiam de “uma noção estritamente objetivista e centrada nos elementos da dinâmica demográfica”, evoluindo depois para uma perspectiva que incorporava elementos socioeconômicos e ambientais. Dizem os autores que a demografia trabalha tradicionalmente a noção de risco “associada às probabilidades de ocorrerem certos eventos da

dinâmica demográfica”, utilizando-se de cálculos matemáticos. Seu desafio tem sido incorporar a dimensão social, no que foi favorecida pelo encontro com a epidemiologia, quando passou a se interessar pelo que influencia a capacidade das pessoas e grupos de se protegerem (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2005, p.38). Desde os anos 1990 alguns pesquisadores brasileiros do campo demográfico vêm incorporando conceitos como “populações em situação de risco” e “demografia das pequenas áreas”, fruto de suas indagações frente aos riscos e vulnerabilidades ambientais (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2005, p.39-40).

De volta ao campo da geografia, Susan Cutter (apud MARANDOLA JR. e HOGAN, 2005, p.33-34) agrupa as diferentes abordagens de vulnerabilidade no campo geográfico em três grupos principais, onde os dois primeiros reproduzem a polaridade citada acima (ênfase na dimensão biofísica e tecnológica, e ênfase na dimensão social das respostas ao desastre), e um terceiro tenta combinar as duas anteriores (o “perigo do lugar”). No primeiro poderíamos encontrar muitas das orientações governamentais apoiadas em discursos de mapeamentos de risco, ao enfocarem “a distribuição da condição perigosa, a ocupação humana em zonas perigosas (...) e o grau de perdas (de vida e propriedade)”. No segundo grupo atenta-se para fatores culturais, econômicos, políticos e sociais da construção social da vulnerabilidade, que seriam condicionantes da sociedade, onde poderíamos localizar muitas das contribuições da sociologia dos desastres, apresentadas adiante. E em um terceiro grupo (a escolha da autora), tanto o risco biofísico quanto a resposta social compõem o conceito de vulnerabilidade, mas leva-se em conta agora uma área ou domínio geográfico específico. Pode-se assim analisar tanto espaços geográficos quanto espaços sociais para se compreender na análise da vulnerabilidade respectivamente a relevância da localização de pessoas e estruturas, e a relevância das desigualdades sociais em uma mesma área. Nesta proposta “incorporam-se à mesma discussão a mensuração do risco biofísico (ambiental), a produção social do risco e as capacidades de resposta, tanto da sociedade (grupos sociais) quanto dos indivíduos” (MARANDOLA JR. e HOGAN, 2005, p.34). Ainda segundo os autores, vemos que algumas contribuições no campo da geografia criticam uma tendência nas ciências sociais de minimizar fatores que não sejam socioeconômicos ou políticos. Isso nos remete ao desafio da interdisciplinaridade, apontado antes: abordagens geográficas integradoras (como a de Cutter) conseguem superar metodologicamente análises baseadas na mera justaposição *sistemas naturais* e *sistemas sociais*? Entendemos que tal desafio coloca em questão os próprios pressupostos ontológicos e epistemológicos de cada vertente disciplinar, para além das diferenças entre ciências ou áreas disciplinares acadêmicas, o que vem nos demandando o estudo de outros campos das ciências sociais, como o sociológico.

Segundo Mattedi e Butzke (2001), diferentemente da teoria dos perigos, a teoria dos desastres teria se desenvolvido a partir do ponto de vista sociológico, o que a levou a enfatizar os fatores sociais na análise das calamidades e desastres: o desastre é “um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade” (MATTEDI e BUTZKE, 2001, p.9). Ao final dos anos 1970 Enrico Quarantelli e Russell Dynes sistematizaram

algumas das principais tendências do campo de estudos sobre os Desastres, entre elas a maior ênfase ao período anterior aos “impactos” para a compreensão das mudanças estabelecidas nos períodos posteriores (chamado “princípio de continuidade”). Pelo tal princípio de continuidade não seria razoável analisarmos separadamente a situação de emergência e a situação pré-desastre (MATTEDI e BUTZKE, 2001). Na delimitação do objeto de estudo foram ganhando destaque as características da unidade social impactada e os padrões de resposta da população, estas últimas analisadas em duas dimensões: temporal (preparação, reação, recuperação e mitigação) e estrutural (de complexidade crescente: individual, grupal, organizacional, comunitária, nacional e internacional). Isso indicou, para alguns autores que o padrão de resposta da comunidade é determinado no contexto pré-desastre pelos tipos de integração e conflito existentes no período de normalidade e pela experiência acumulada na confrontação da crise (WENGER apud MATTEDI e BUTZKE, 2001, p.12). Os estudos sobre os desastres a partir dos anos 1980 destacados por Mattedi e Butzke (2001) modulam tal ênfase dada às dimensões sociais, quando algumas correntes buscavam compreender o que influenciava o grau de vulnerabilidade das populações nestes eventos disruptivos: o desastre expressaria a materialização da própria vulnerabilidade social.

Marandola Jr. e Hogan (2005) afirmam que as categorias de risco, perigo e vulnerabilidade possuem caráter multidimensional e polissêmico, e acreditam não haver base conceitual comum entre as diversas abordagens e perspectivas de estudo relacionado a elas. A noção de vulnerabilidade pode assumir algumas especificidades de acordo com o âmbito em que é pensada. No contexto dos grupos afetados pelo desastre o conceito de vulnerabilidade pode esclarecer a desigual exposição aos fatores de ameaça (VALENCIO, 2009a). Desse modo é considerado vulnerável o grupo que quando exposto a determinado fator de perigo “não pode antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos disso derivados, situação que está associada a mudanças inesperadas do ambiente e rupturas nos sistemas de vida” (CONFALONIERI apud VALENCIO, 2009a, p.40). Valencio (2009a) afirma que o desastre é fabricado no funcionamento “normal” da sociedade, que o enfrentamento desse processo não deve ter caráter reducionista, daí que “os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos” (VALENCIO, 2009a, p.44). A autora considera que tal lógica transfere os custos ambientais para os mais fracos, configurando-se uma situação de injustiça ambiental (ACSELRAD apud VALENCIO, 2009a). Eis a ligação estreita entre vulnerabilidade, território e cidadania. Valencio (2009a, p.20) afirma que é recente no contexto brasileiro a preocupação das autoridades com o tema da vulnerabilidade frente aos eventos naturais. Persistiria ainda a cultura de abordagens matematizadas e a-históricas, dificultando a interação preventiva junto à diversidade de demandas sociais, o que levaria, assim, à adoção de práticas de mitigação pouco efetivas. A autora chama nossa atenção para a existência de um cálculo político envolvido na decisão institucional de não se enfrentar a discussão de fundo mais importante: a perpetuidade da injustiça social. Para a autora, em nosso meio institucional de



defesa civil tem havido uma excessiva valorização na compreensão de determinados fatores de ameaça, o que prejudica a consideração dos processos de vulnerabilidade aí relacionados (VALENCIO, 2009a).

Para além das definições oficiais (hegemônicas) sobre o que sejam as “áreas de risco”, existiriam muitas formas de defini-las, dependendo do contexto que enfocamos. Poderíamos considerá-la como uma área que apresenta perigo efetivo ou potencial para alguém ou algo (SOFFIATI, 1996). Porém, mesmo recortando o termo para área de risco ambiental carregamos ainda alguma polêmica, pois como aponta Soffiati (1996) o uso comum que fazemos de tal noção expressa certo antropocentrismo, que o autor critica. Caberia então falarmos de áreas de risco ambiental para grupos humanos, o que ainda demanda para o autor nova clivagem para os diferentes estratos sociais. Seguindo a proposta de Valencio (2009a) na problematização do uso do termo “área de risco”, interessa a nossa pesquisa compreender como essa noção informa as intervenções governamentais em nosso contexto mais específico, e como ela é sustentada por outros discursos – como o técnico, o científico e o popular. Seja questionando a resultante auto-imputação de responsabilidade pelos mais pobres, seja esclarecendo a política local de remoção amparada pelos “mapas de risco”, entendemos que a análise dos processos de territorialização e desterritorialização propostos pela autora são fundamentais para a compreensão do desastre como um fenômeno próprio à dinâmica social. Por isso mesmo, para Valencio (2012), não se deve analisar o desastre e a condição de desabrigados que ele gera como uma mera ruptura da ordem social (como ocorre no discurso dominante que enfatiza o “dia do desastre”): trata-se da continuidade da lógica social que mantém populações em periferias desatendidas, e sujeitas a um nível maior de degradação. Valencio insiste no questionamento da estigmatização que tal racionalidade hegemônica produz (com suas distâncias sociais e territoriais), cristalizando-se no status de desabrigado (VALENCIO, 2009a). Os tais mapeamentos das áreas de risco jogam, portanto, um papel político fundamental neste debate, pois segundo a autora a territorialização dos mais pobres – indesejável na cidade –, aí persistindo, torna-os alvos fáceis do que ela chama de “geografia física da cidade apartadora”, sempre seguida da intervenção pública que os removerá dali, como já o faz o discurso perito (VALENCIO, 2009a, p.44). Tal remoção é entendida pela autora como instrumento de uma estética e de uma funcionalidade monológicas, negando aos removidos o direito a autodeterminação e à equidade: à remoção das moradias sub-normais, segue-se a desconsideração ampla para com as razões da fixação, os vínculos e laços estabelecidos, as necessidades das pessoas que produziram aquele espaço na ausência de um melhor, dentro dos seus projetos de vida e de seus direitos ao espaço (VALENCIO, 2009a, p.44). Vargas (2006) critica uma abordagem objetivista do risco (interpretação que poderíamos estender para as noções de perigo e vulnerabilidade) por esta resultar em uma visão técnica ainda hoje dominante que aponta como verdade o seguinte silogismo (em nossa interpretação): i) as populações de baixa renda são livres para realizar “opções de consumo” no território, quanto à

habitação; iii) mas a ausência de um saber e o não investimento em seu capital humano fazem com que tais escolhas sejam “inconsequentes”; iii) em decorrência disso, surgem as situações precárias envolvendo grupos específicos no contexto das moradias e locais analisados como de risco; iv) o que legitima intervenções que desqualificam suas práticas e interferem sobre suas vidas, expulsando-os dos territórios em que vivem. Por isso a autora defende uma abordagem construcionista do risco (construção social) e, como Acselrad (2006), sugere a análise das dimensões materiais e simbólicas dos conflitos envolvidos na questão, entre grupos sociais diferenciados e levando-se em conta uma estrutura de crenças e visões que sustentam as relações sociais. Esta abordagem favorece uma proposta de interdisciplinaridade mais ousada e densa, levando-nos ao encontro da questão da justiça (justiça ambiental) onde a desigualdade (ambiental e social) possa ser tratada também como uma questão de direitos humanos, provocando-nos para análises mais aprofundadas e “estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições” (ACSELRAD, 2006).

## **Conclusões e novas questões de pesquisa**

Ainda que provisórios, temos como primeiros resultados desta pesquisa uma melhor compreensão tanto do quadro empírico que primeiro nos provocou quanto do debate teórico, envolvendo as citadas categorias. Percebemos que uma visão técnica dos riscos (objetivista) exerce forte influência nas representações propagadas pela mídia e nas intervenções governamentais referentes às inundações em Ururáí, facilitando atitudes autoritárias e processos tácitos (e por vezes explícitos) de estigmatização da população mais pobre e com menos poder de se fazer ouvir na esfera política. Alternativas históricas e atuais de convivência com as enchentes parecem ser desperdiçadas pela facilidade de deslocamento dos riscos para as populações menos favorecidas. Em função de nossos objetivos e pelo breve debate teórico aqui colecionado pudemos compreender que, se por um lado não podemos abrir mão da caracterização física do fenômeno das inundações em Ururáí – o que nos permitiu compreender a conexão material-espacial e o nexos causal no conflito social que aflora nas inundações, como na ocupação histórica de Ururáí e no caso polêmico dos diques –, por outro não devemos aceitar sem críticas a mera justaposição de distintos corpos metodológicos, que nem sempre explicitam seus pressupostos ontológicos e epistemológicos – mas de onde se deduz, posteriormente escolhas políticas, mesmo que alegando-se neutralidade. Tal explicitação precisa ser incorporada em nossas análises futuras, até como exercício de auto-esclarecimento e crítica. Se parte da população removida de tais “áreas de risco” tem sua territorialização prejudicada e encontram dificuldades em participar do processo de sua reterritorialização na categoria de sujeitos, devemos continuar pesquisando quais os reais interesses que governam sua incorporação como “objetos de políticas”, apoiados em dispositivos de estigmatização. Aceitando o conflito como categoria intrínseca à dinâmica social, entendemos melhor a necessidade de incorporar em nossas análises as lutas simbólicas (disputas pela representação do mundo, onde o discurso técnico-burocrático é mais um entre

tantos), até para melhor compreendermos as lutas materiais e políticas enoveladas na trama dos desastres. Reiteramos assim nossa escolha pela abordagem das inundações em Ururá e Campos como fenômenos sociais, onde “mapeamentos de áreas de risco” ou qualquer outra forma de representação espacial de decisões técnico-burocráticas (como os zoneamentos) precisam ser compreendidos como discursos em disputa por legitimidade social, atrelados às próprias dinâmicas das relações de poder presentes e constituintes na vida social. Seguindo por estes referenciais, a busca de compreensão das condições anteriores e posteriores ao acontecimento das inundações revelou-se fecunda no desvelamento da própria condição social onde nos encontramos.

## Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, FIBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/11342.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2012.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes – Promulgada em Sessão Solene do dia 28 de março de 1990. Disponível em: <[www.campos.rj.gov.br/up/legislacao.php?id\\_arquivo=9](http://www.campos.rj.gov.br/up/legislacao.php?id_arquivo=9)>. Acesso em 28 jun. 2012.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.972, de 31 de março de 2008 (Plano Diretor). 2011. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/listaPlano.php>>. Acesso em 10 ago. 2012.
- FOLHA DA MANHÃ. Ribeirinhos temem ter que deixar casas. Campos dos Goytacazes/RJ. Edição de 13/12/2011.
- FOLHA DA MANHÃ. Ururá: ainda há famílias em área de risco. Campos dos Goytacazes/RJ. Edição de 22/12/2011.
- FUNDAÇÃO CIDE. 2007. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>>. Acesso em 24 nov. 2008.
- GOVERNO DO RIO DE JANEIRO/SECRETARIA ESTADUAL DO AMBIENTE/FUNDAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RIOS E LAGOS. Janeiro de 2008. Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/recursos/arquivos/RegioesHidrograficas.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2012.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Cidades. População de Campos dos Goytacazes (RJ), 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 30 mai. 2012.
- LOUREIRO, C. Campos improvisa abrigos em escolas para atender vítimas da chuva. G1 / Globo, Rio de Janeiro, 01 dez. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL884565-5606,00-CAMPOS+IMPROVISA+ABRIGOS+EM+ESCOLAS+PARA+ATENDER+VITIMAS+DA+CHUVA.html>>. Acesso em 10 dez. 2011.
- MALAGODI, M.A.S.; SIQUEIRA, A.M.M. Inundações e ação social em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro, Brasil). Trabalho apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, na Cidade do Porto/Portugal, de 19 a 22 de junho de 2012. [no prelo]
- MANHÃES, M. N. Política Habitacional: uma análise acerca do Programa Aluguel Social em Campos dos Goytacazes. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social de Campos. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ. 2011.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. Rev. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005.
- MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009. pp. 48-57.

- MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, ano IV, n. 9, 2. Semestre de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16877.pdf>>. Acesso em 10 out. 2011.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MP acompanha explosão de dique que aumentava enchentes em Campos. 04/12/2008. Disponível em: <[www.mp.gov.br](http://www.mp.gov.br)>. Acesso em 5 out. 2009.
- MONITOR CAMPISTA. [sem título]. Campos dos Goytacazes (RJ). Edição de 02 de dezembro de 2008.
- OLIVEIRA, K.C. de.; RIBEIRO, M. G. Enchentes e a cidade de Campos dos Goytacazes, um estudo de caso. Monografia (Licenciatura em Geografia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/67466031/monografia>>. Acesso em 12 mar. 2012.
- PAVAN, B.J.C. O olhar da criança sobre o desastre: uma análise baseada em desenhos. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos, RiMa Editora, 2009. p.96-106.
- QUARANTELLI, E. L. Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>>. Acesso em 25 fev. 2012.
- SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Política Nacional de Defesa Civil. Brasília, DF, jan. 1995. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br>>. Acesso em 25 mai. 2012.
- SIENA, M. Política de remoção: “Fazer viver e deixar morrer”. In VALENCIO, N. (org.). *Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. II*. São Carlos: RiMa Editora, 2010, p.101-111.
- SIQUEIRA, A. M. M. Gestão das águas no contexto de desenvolvimento do Norte-Fluminense/RJ. Anais do I Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos: Complexidade, Interatividade e ecodesenvolvimento. Rio de Janeiro: COOPE/UFRJ, 2012.
- SOFFIATI, A. Águas de Baixada: angústia social. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Associação Brasileira de Estudos Populacionais; Caxambú, outubro de 1996.
- SOUTO, R. D. Avaliação do Impacto antropogênico na zona costeira do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. (Monografia de Bacharelado em Oceanografia). Disponível em: <<http://ivides.org/atlas/agradece.php>>. Acesso em 25 mai. 2012.
- VALENCIO, N. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). *Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I*. São Carlos: RiMa Editora, 2009a, p.34-47.
- VALENCIO, N. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). *Sociologia dos Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I*. São Carlos: RiMa Editora, 2009b, p.03-18.
- VALENCIO, N. (org.). *Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. II*. São Carlos: RiMa Editora, 2010.
- VALENCIO, N. Para além do ‘dia do desastre’ – o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.
- VARGAS, M.A.R. A Construção Social do risco. Dissertação de mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.
- VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – A construção social da moradia de risco. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). *Sociologia dos Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. 1*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, p.80-95.